

PRESENÇA EVANGÉLICA NO BRASIL ATUAL:

Remédio ou veneno?

EVANGÉLICA PRESENCE IN BRAZIL CURRENT:

Remedy Or poison?

Resumo. A pluralidade evangélica é, dialeticamente, causa e efeito da pluralidade cultural brasileira – e, genericamente, de um mundo onde ideias absolutas e fixas não tem mais espaço. Por isso, os mais de quarenta milhões de evangélicos no Brasil, fracionados em milhares de grupos e com interesses distintos, influem positivamente para o aprimoramento da democracia. Mas ironicamente também o fortalecimento de um *ethos* com pretensão “divina”, potencialmente totalitário, pode vir a ser o ovo da serpente de uma corruptela, de um *Talibã Gospel*. Nesse álbum ainda faltam muitas figuras; e a realidade política, não somente no Brasil, é muito dinâmica. Muita coisa pode piorar ou melhorar... E esses conceitos valorativos são muito subjetivos, já que o que para alguns é “melhor” pode ser para outros “pior” – e vice versa, ainda mais se tratando de protestantes, haja vista que se não houvesse dissenso não seriam chamados protestantes.

Palavras-Chave: Religião, Política, Pentecostalismo.

Abstract. Evangelical plurality is , dialectically , cause and effect of the Brazilian cultural diversity - and , generally, of a world where absolute and fixed ideas have no more space. Therefore, over forty million evangelicals in Brazil , separated into thousands of groups with different interests , influence positively to the improvement of democracy. But ironically also strengthening an ethos to claim " divine " potentially totalitarian , could be the serpent's egg of a corruption , a Taliban Gospel . In this album there are still many figures ; and the political reality , not only in Brazil , is very dynamic . A lot can worsen or improve ... And these evaluative concepts are very subjective , since what for some is "best" can be to other "worst" - and vice versa , even more the case of Protestants , given that there was no dissent would not be called Protestants.

Keywords: Politic, Pentecostalism, Religion.

Gedeon Freire de Alencar¹

Introdução

Para alegria ou tristeza dos amigos ou inimigos, concordo e discordo das duas ideias. A pergunta, inicialmente, é mera retórica, portanto, vamos analisar as duas opções com dados censitários, históricos e sociológicos empíricos, e levantar algumas hipóteses, sem pretensão de uma conclusão definitiva.

A pluralidade evangélica é, dialeticamente, causa e efeito da pluralidade cultural brasileira – e, genericamente, de um mundo onde ideias absolutas e fixas não tem mais espaço. Por isso, os mais de quarenta milhões de evangélicos no Brasil, fracionados em milhares de grupos e com interesses distintos, influem positivamente para o aprimoramento da democracia.

Mas ironicamente também o fortalecimento de um *ethos* com pretensão “divina”, potencialmente totalitário, pode vir a ser o ovo da serpente de uma corruptela, de um *Talibã Gospel*. Nesse álbum ainda faltam muitas figuras; e a realidade política, não somente no Brasil, é muito dinâmica. Muita coisa pode piorar ou melhorar... E esses conceitos valorativos são muito subjetivos, já que o que para alguns é “melhor” pode ser para outros “pior” – e vice versa, ainda mais se tratando de protestantes, haja vista que se não houvesse dissenso não seriam chamados protestantes.

Misturar religião e política pode dar errado - e sempre dá; misturar religião com política pode dar certo - e sempre deu. A indistinção entre ambos existe há muito tempo, pois no mundo antigo os imperadores, reis, sacerdotes, xamãs, caciques e similares eram simultaneamente instâncias políticas e religiosas; os reis eram divindades e elas permeavam a vida. Mesmo na chamada era moderna, na Europa, com o surgimento do estado laico e todo o “desencantamento do mundo” (Weber, 1991) produzido pela ascense protestante, alguns países ainda tem uma igreja oficial. Religião e política são relações de poder, sejam com um presumível divino, ou mais horizontalmente entre indivíduos; alteram-se o tempo e o espaço, mas a natureza inerente do exercício do poder foi e ainda é igual, pois há o poder absoluto (ditadura e teocracia) e, em outras circunstâncias, o poder partilhado (democracia e modelos representativos). Nesse imbróglio, religião e política se

¹ Doutor em Ciências da Religião – PUC-SP; é autor dos livros *Protestantismo Tupiniquim. Hipóteses sobre a (não) contribuição à cultura brasileira e Assembleias de Deus. Origem, militância e construção – 1911-1946* (Arte Editorial), e *Matriz Pentecostal Brasileira. Assembleias de Deus - 1911-2011* (Novos Diálogos Editora), tem diversos textos publicados em revistas acadêmicas.

intercalam dialeticamente e, às vezes, não se sabe qual é qual; quais as origens, interesses, benefícios ou manipulações de proveito mútuo ou exclusivo. E excludente. Em alguns momentos e lugares o resultado foi excelente para ambos; noutros, aconteceu um desastre em conjunto no clássico “abraço de afogados”. O “casamento” entre religião e política pode, figurativamente, ser monogâmico, polígamo, adúltero, união estável ou litigiosa, mas existe desde que o mundo é mundo, e, no Brasil, parece, apesar das traições mútuas, que vai continuar.

Na eleição de 2014, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, 274 candidatos se registraram como pastor, bispo e apóstolo; aliás, neste ano, tivemos, inclusive, um pastor-candidato à presidência (mais especificamente tivemos dois assembleianos candidatos à presidência). É muita ironia que a titulação religiosa tenha inicialmente uma dupla interpretação visceralmente distinta: se candidatos acrescentam os títulos eclesiásticos aos seus nomes é porque entendem que isso, além de ser um “diferencial”, confere *legitimação* às suas postulações, conquanto também seja visto imediatamente como suspeito e ilegítimo². Acrescente-se ainda que se essas titulações são vistas externamente como intimidantes e suspeitas de imposição religiosa, internamente (nas próprias igrejas), por parte de muitos, também há objeção, pois entende-se que um pastor não poderia, enquanto vocacionado, assumir nenhum outro cargo ou profissão, muito menos uma candidatura política.

Por que não se questiona o número de advogados, médicos, sindicalistas, empresários, com certeza em maior número que o de pastores candidatos? Por que pastores e seus similares eclesiásticos são *a priori* suspeitos? Por que a religião é vista de forma tão preconceituosa, em especial a evangélica, e em particular a divisão pentecostal? Há aí uma mistura de cientificismo positivista, permeado de secularismo de quinta categoria, com uma aversão militante antirreligiosa, numa postura persecutória intransigente e de um simplismo rasteiro que fomenta a crença de que todo religioso é conservador, intransigente, obtuso e quer limitar as liberdades individuais. Essa visão do militante religioso é verdadeira? É. Mas também não é. Como eu sou a favor do contra, vou falar contra, mas também a favor.

Como e por que um contingente de 42 milhões de pessoas, ou 26% da população brasileira, que é evangélica (dos quais, estima-se 80% pentecostais), *poderia* ou *deveria* ficar sem representatividade ou representante político? Por

² O candidato Everaldo Pereira - PSC, pastor assembleiano, que tinha apenas 2% da intenção de votos tinha também 23% de rejeição, e perdia apenas para a candidata Dilma Rousseff – essa com 35% de rejeição. O Aécio Neves – PSDB com 22% de rejeição, e Marina da Silva – PSB, tinha 15% de rejeição.
<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2014/eleicoes/pesquisadafolha/index.shtml> acesso 03.09.2014

outro lado, como e por que esse segmento social – evangélico e/ou pentecostal – participante de todas as demais atividades culturais da sociedade civil, já inserido na população, precisaria de uma representação exclusiva (e excludente?) no parlamento?

Política, assim como futebol, é carregada de passionalidade. Pressa em condenar/defender algum posicionamento – inclusive esse meu – não é o ideal. No entanto, o extremismo passional, na defesa ou na condenação, parece, foi distribuído proporcionalmente aos dois grupos. Esse texto pretende fazer uma síntese historiográfica da participação política dos pentecostais no Brasil³, que saíram da extrema negação do “mundo” (e anatematização da participação política) para uma ufanista instrumentalização do espaço público, provocando, internamente nas igrejas, uma apaixonada defesa, mas também desaprovação; e, externamente, na sociedade, de forma quase majoritária, uma rejeição visceral. Amados ou odiados, o resultado concreto é que, a cada eleição, o número de eleitos como candidatos evangélicos pentecostais aumenta.

1. RELIGIÃO E POLÍTICA BRASILEIRA: DAS CARAVELAS À CONSTITUINTE DE 1988.

Não é somente a gasolina que por aqui é “batizada”, o país também é. Nasceu oficialmente em 21 de abril de 1500, com a celebração de uma missa, assistida pelos portugueses colonizadores, cristãos católicos, e pela população nativa. Aliás, segundo a descrição chauvinista, etnocêntrica e preconceituosa de Pero Vaz de Caminha “gente sem Deus e sem lei”.

Assim, nosso cartão de nascimento já tem uma descrição etnológica que de alguma forma se embrenha em nossa identidade: “lei e Deus”. São referências estranhas, vem de fora, do branco, do europeu, de gente superior e civilizada (sic). Por isso, qualquer balangandã de Miami é melhor; no Brasil, *produto importado* é visto como *naturalmente* melhor, superior. É clássica representação, como diria Nelson Rodrigues, da nossa “síndrome de cachorro vira-lata” (DaMatta, 1990).

Estamos longe do modelo secularizado de alguns outros países, pois nossa cultura foi - e ainda é - permeada pela herança indígena, afro e católica. A partir do século XIX temos a chegada de diversos grupos protestantes europeus e americanos, e no início do século XX chegam duas expressões pentecostais, uma italiana, que vai se configurar na *Congregação Cristã no Brasil* – CCB (segundo o

³ Para uma análise profunda do tema, as teses do Freston (1993) e de Baptista (2009) são fundamentais. O primeiro abarca o período da *Constituinte ao Impeachment* e o segundo o período da 51ª. e 52ª legislatura (de 1999-2007) onde, inclusive, surge a *Frente Parlamentar Evangélica*, 2003. Um aporte teórico do tema pode ser encontrado em muitos outros textos do cientista político Burity (2013). Sobre temas específicos da política ou da participação dos pentecostais nas eleições municipais ou estaduais há uma grande produção acadêmica atualmente.

Censo de 2010, hoje com dois milhões e meio de seguidores), a outra a sueca, da qual as *Assembleias de Deus* - ADs nascem e se tornam, desde 1950, a maior denominação evangélica, atualmente com mais de doze milhões de membros (Correa, 2013; Alencar, 2013). Além desses dois grupos, há os “pentecostais autônomos”, quase dez milhões; e dos 42 milhões de evangélicos, estima-se que os pentecostais sejam mais de 80%⁴. Portanto, somando o contingente católico, evangélico, espírita e as demais religiões, constata-se que 90% da população brasileira é religiosa (Pierucci, 1996), e apenas 8% se declaram “sem religião” (“sem religião” no Brasil não significa ateu)⁵. Portanto, um país com uma(s) religiosidade(s) presente, influente, militante e pública. E, para alegria de alguns, tristeza de outros e confusão de quase todos, com forte presença na política.

Tabela no. – População Brasileira e o crescimento evangélico em 100 anos.

	1910	1950	1980	2000	2010
Pop. Brasil	23.414.177	51.944.397	119.002.706	169.870.803	190.732.694
Pop. Urbana	-	34,4%	67,6%	81,2%	84,3%
Pop. Rural	-	55%	32,4%	18,8%	15,7%
Católicos	-	48.558.854 93,5%	105.860.063 89%	125.517.222 73,7%	123.280.172 64,6%
Evangélicos	177.727 1,1%	1.714.430 3,35%	7.885.846 6,6%	26.452.174 15,6%	42.275.440 22,1 %
Sem religião	-	-	-	12.492.189 7,4%	15.335.510 8,04 %

Fonte: IBGE. Em 1920, o Censo não mensurou religião; e em 1930 não foi realizado Censo. Os dados sobre religião antes da década de 1940 são estimativas do Read (1976:122) e também do Rolim (1995). O Censo de 1940, o primeiro realizado pelo IBGE, usou a designação “protestantes”.

Em 100 anos, a população brasileira cresceu 815%, e a membresia evangélica 23.877 %.

1.1. A historiografia brasileira com seu viés católico.

Por que a chegada dos portugueses católicos é registrada como *descobrimto*, mas a chegada dos franceses no RJ, trinta anos depois, e dos holandeses no Recife, mais de duzentos anos depois, é *invasão*? Risível. De 1500 a 1808, chegada da família real portuguesa, foram 300 anos de domínio absoluto

⁴ Se considerarmos o nível de crescimento evangélico e pentecostal, atualmente esse número deve ser maior, pois esses dados são resultado de quatro anos atrás – Censo de 2010.

⁵ Nos EUA, os dados são parecidos, em 2007 11,6% da população se declarava sem religião, em 2012 o número é de 13,9%, já os ateus eram 1,6% em 2007, e em 2012, chegaram a 2,4%. *Jornal O Estado de São Paulo*, A-22 – 31.08.2014.

católico, e, mesmo depois da proclamação da República⁶, até hoje a Igreja Católica, mesmo não sendo uma igreja oficial, continua importante e tem um capital simbólico que nunca as igrejas protestantes vão ter. Por que a cultura brasileira foi fundada, estruturada e se alimenta ainda hoje do que Passos (2001) chama de “resíduos católicos”, presentes inclusive no protestantismo?

Os evangélicos no Brasil têm cabeça católica! (Alencar, 2005). Sacerdócio universal dos crentes é, em tese, a proposta clássica e fundante da reforma protestante, que anulava as mediações entre os fiéis e o divino, portanto, não são necessários sacramentos, padres, papa e santos⁷. No universo protestante evangélico brasileiro não existem mediações? Não existe oficialmente nenhum sacramento⁸ e não há mediação de santos ou sacerdotes. Não? O que são os pastores, bispos, apóstolos? E se não há produtores e/ou consumidores distintos dos bens simbólicos (Bourdieu, 1974), por que essas celebrações são feitas *exclusivamente* por sacerdotes?⁹ Essa mediação religiosa aparece e se fundamenta igualmente como na estrutura política. O calçamento, o saneamento, a escola, assim como a indicação para um cargo, isso tudo se ganha, pois se conta com a *mediação* do cunhado do vizinho, do amigo do assessor, da prima da nora, da tia, do amigo do deputado... Esse processo de *terceirização religiosa* é idêntico ao processo de *terceirização política*, que produz uma verdadeira subcidadania.

1.2. O *ethos* protestante e seu caráter anticatólico.

No século XIX, os protestantes de migração de origem europeia e americana, defensores do republicanismo de modelo liberal, enfrentam o poderio católico se aliando a Maçonaria¹⁰. O acordo se deu empiricamente pela necessidade que os mesmos tinham de ter alguma documentação no nascimento, casamento e morte. Os cemitérios eram propriedade da Igreja Católica, portanto, ser “acatólico” era não ser cidadão e não ter onde ser enterrado, porque enterrar “hereges” no “campo santo” profanaria o local. Por isso temos o cemitério dos protestantes e cemitério dos judeus em SP, RJ e no Recife; deixando claro que ter um enterro digno em um local adequado era privilégio de uma determinada camada social, no

⁶ A separação oficial entre a Igreja Católica e o estado brasileiro deu-se em 7 de janeiro de 1890, pelo decreto 119-A, já no governo republicano (Baptista, 2009:149).

⁷ No clássico texto do Ariano Suassuna, *Auto da Compadecida*, no final, por mediação de Maria tudo se resolve.

⁸ Se não existem sacramentos, por que então se exige compulsoriamente as celebrações de batismo, santa ceia e casamento realizados exclusivamente nos templos?

⁹ Além do ciclo eclesial clerical, na comunidade em geral todos estão pedindo oração uns aos outros. Quem sabe o outro é mais “espiritual” e sua oração tem mais efeito junto a Deus?

¹⁰ Sim, essa é uma das razões mais óbvias e repetidas, mas evidentemente, além disso, há muito mais coisas.

caso judeus ou presbiterianos ricos. Os protestantes pobres eram enterrados em qualquer lugar (Mendonça, 1990; Realy, 1993).

Outro elemento fundamental desse anticatolicismo foram os problemas originários e consequentes do *Congresso de Edimburgo*, em 1910, e sua versão latina no *Congresso do Panamá*, em 1916. Os protestantismos europeus, tanto o anglicano como o calvinista e o luterano, tinham interesses geopolíticos na própria Europa e nos demais continentes, e, enquanto religiões estatais, precisavam conciliar suas razões “teológicas missionárias” com elementos políticos e econômicos do colonialismo. A decisão de Edimburgo, de que a América Latina já estava evangelizada por causa da presença católica, era uma concessão ao Vaticano e também à Igreja Ortodoxa na Europa, já que assim não se legitimaria a expansão proselitista de outra religião (Piedra, 2006). Os latinos não aceitaram e realizaram um novo congresso, levantando a bandeira da evangelização da AL. Portanto, a natureza anticatólica no protestantismo se consolida assim, agravada por diversas formas de perseguições sofridas pelos evangélicos no início do século (Mendonça, 1990). Portanto, o anticatolicismo dos pentecostais foi herdado das denominações protestantes tradicionais. Pobres e pequenos no início crescem junto ao processo de urbanização do país e se tornam majoritários. Agora ricos e grandes, elegem uma bancada na Constituinte de 1988, pois, adequados culturalmente, têm demandas a serem defendidas.

2. PENTECOSTAIS E NEOPENTECOSTAIS: NOVOS ATORES, PRÁTICAS ANTIGAS.

2.1. Apoliticismo e alienação.

Como um grande lamento as pesquisas acadêmicas brasileiras, principalmente as mais antigas, de viés marxista¹¹, repetem que os evangélicos em geral, e mais especificamente os pentecostais, eram alienados políticos. Isolados e culturalmente insignificantes, por razões históricas (no período imperial como impedimento legal, pois a religião oficial católica colocava os protestantes na marginalidade) e econômicas (mesmo participando do processo de ascensão social, ainda continuam majoritariamente nas classes mais pobres), não se interessavam por política pela herança da “mentalidade sacral” (Rolim, 1995). Estavam errados *no passado* por não participarem, mas agora, *no presente*, quantitativamente maiores e qualitativamente participantes, continuam errados?

Por que quase 40 milhões de pessoas, enquanto consumidores e produtores de bens culturais, na faculdade, no comércio e em muitas outras atividades,

¹¹ Cartaxo Rolim (1979; 1995), pioneiro na pesquisa sobre o pentecostalismo, tem um viés marxista acentuado.

deveriam ficar *ausentes* da atuação política? Votando e sendo voltados? Participando das questões do país, mostrando a cara, defendendo seus valores, articulando suas posições? O exercício do voto, a participação política continuada, que vai aprimorando o processo; quanto mais políticos e política maior participação popular; politizados, como eleitores e eleitos, são membros da sociedade civil. Somente se aprende a votar votando. Sabemos que segundo a lei de Murphy pode acontecer o inverso: a cada eleição a participação política dos pentecostais e de seus políticos pode ser pior, pois “nada é tão ruim que não possa ser piorado”, haja vista a campanha do candidato Tiririca e seu estapafúrdio slogan “pior do que está não fica, vote Tiririca”, que mostrou que a Câmara dos Deputados, em Brasília, não ficou melhor ou pior com o Tiririca. Ficou a cara do Brasil.

2.2. Democracia e a delimitação dos interesses dos grupos sociais.

É chavão, mas necessário colocar: os *parlamentares pentecostais são corporativistas*. O que caracteriza a democracia? Os grupos sociais distintos se articulam, se arregimentam e elegem seus representantes para defender seus interesses; como indica Bobbio (1986: 23) “os grupos e não indivíduos são os protagonistas da vida pública numa sociedade democrática”. A arregimentação de uma determinada corporação é legítima; todos os grupos sociais têm direitos e deveres legais – a exceção são os grupos criminosos. Há outra possibilidade de uma sociedade democrática funcionar? Por que o corporativismo do sindicato, do empresariado, do agronegócio e demais grupos sociais – gays, aposentados, funcionários públicos, etc. – não é negado ou condenado *a priori*, mas o religioso pentecostal é deslegitimado *a priori*?

Particularmente, prefiro que os candidatos sejam claramente definidos antes das eleições; que se assumam como de grupo x ou y, para que todos saibam em quem estão votando; quais propostas estão sendo eleitas. E ter um candidato assumidamente evangélico pentecostal é um bom indicio; idem gay, empresário, pecuarista, pois, caso contrário, *se ele já engana antes da eleição, quanto mais depois*. (Seria pior ou melhor sabermos, depois de eleito, que o candidato Everaldo é pastor assembleiano?) Ou seja, vota-se em um nome e num partido e somente depois do indivíduo eleito e empossado se descobre que ele é pastor, babalorixá, advogado, gay ou ligado ao agronegócio?¹² Ademais, repetindo, as igrejas e as religiões têm demandas, e elas são tão legítimas como são as de qualquer outro

¹² Uma amiga, doutoranda na área de ciências biológicas, me contou que um professor de seu programa a procurou com uma proposta confidencial de uma empresa multinacional que pesquisa alimentos transgênicos. Se ela aceitasse suas sugestões para o direcionamento de sua pesquisa, ela já receberia (antes mesmo da defesa) um emprego (oficioso), um telefone e diversas outras vantagens. Enfim, quantas outras pesquisas “científicas” estão sendo feitas por encomenda? Na sociologia da religião, idem.

grupo¹³. Isso me faz lembrar as reportagens-clichê sobre fãs de atores ou ídolos pop, nas quais se aborda o fanatismo sob uma ótica positivista e romântica: ficar quatro dias na porta do estádio esperando pelo show, pedir demissão para acompanhar o time, arrancar os cabelos... Nesses casos é mais *tietagem* do que fanatismo. Porém, quando uma matéria retrata os romeiros do Padre Cícero no sertão nordestino, os pagadores de promessa subindo de joelhos nas escadarias da Penha, ou os seguidores do Estevão Hernandez, esses são fanáticos imbecis? Por que um tiete da Lady Gaga não recebe o mesmo tratamento que um seguidor do Edir Macedo? Por que um fanatismo é glamourizado, mas o outro é ridicularizado? Por que um parlamentar, sindicalista ou empresário é visto como herói quando defende as demandas de sua corporação e os parlamentares pentecostais não?

De forma micro é que se denomina de “lógica identitária” na votação e escolha dos candidatos: se vota em quem se identifica alguma coisa de interesse próprio; quem defende o mesmo que o eleitor defende. Ou de forma macro, algo que a cientista política Chantal Mouffe (2006) identifica como “pluralismo agonístico”, ou seja, a possibilidade de argumentação e convencimento das muitas pluralidades sociais, portanto, dentro desse universo, há, segundo Mouffe, “espaço para atuação das expressões religiosas dentro dos limites constitucionais”. “Limites constitucionais”, então, deve ser o axioma fundamental no caso. Antes de ser *errado ou certo*, o cerne do problema é: como se dá essa participação? Quais os parâmetros e limites constitucionais desses indivíduos/partidos? Por conseguinte, não há por que ainda se questionar se *pode* ou *deve* existir participação religiosa na política, a questão é *como*. A religião (o pentecostalismo, no caso específico desta análise) é quantitativamente visível, valorativamente importante e um componente social com “significação cultural” (Weber, 2014: 167)¹⁴; por que, então, deveria ficar de fora do processo democrático?

2.3. Instrumentalização do voto e personalismo.

Uma das maiores críticas – interna e externa – do envolvimento dos pentecostais na política é acerca do personalismo e da instrumentalização religiosa do voto, como se a política fosse um espaço asséptico e somente os pentecostais o profanassem.

¹³ Em 2014, foram registradas 13 Frentes Parlamentares, como, por exemplo, “Em Defesa das Universidades”, “Em Apoio à Ovinocaprinocultura”.

<http://www.camara.gov.br/internet/deputado/frentes.asp> acesso 15.01.2015

¹⁴ A frase completa é: “Porquanto, embora o homem moderno, mesmo com a melhor das boas vontades, geralmente não seja capaz de imaginar o *efetivo* alcance da significação que os conteúdos de consciência religiosos tiveram para com a conduta de vida, a cultura e o caráter de um povo” [grifo no original], frase, aliás, muito importante, é sua conclusão do clássico “*Ética Protestante*”.

Pastores podem ou devem indicar ou orientar o voto dos fiéis? Podem e devem, como qualquer outro cidadão, eleitor, participante do processo democrático, formador de opinião e, sendo minimamente honesto, indicar as possibilidades e implicações de *todos* os candidatos e partidos. O problema é a presunção estupidamente divinizada dos líderes eclesiásticos, do alto de suas ignorâncias políticas permeadas por interesses escusos, proclamarem para suas igrejas que “Deus me indicou esse candidato”, ou “aquele partido ou candidato é do Diabo”. Ora, se fosse assim, com Deus escolhendo, qual seria a necessidade de eleições? Deus vota? Segundo a doutrina calvinista, tudo acontece segundo sua vontade, escolhendo os *eleitos* e os *perdidos*. Afinal, se ele (Deus) tem o controle da “eleição da vida eterna”, por que não teria controle da eleição terrena?¹⁵.

A instrumentalização das igrejas nas eleições não é caso de *política*, mas de *polícia*. Primeiro, porque o uso de espaço religioso para comitês e comícios é uma infração eleitoral, mas ano após ano os candidatos e igrejas repetem essa infração desavergonhadamente¹⁶; segundo, porque esses acordos entre as lideranças eclesiásticas e os candidatos são vendidos como uma “opção espiritual”, uma espécie de “guiados por Deus”, mas na verdade eles são apenas *vendidos*. Se o caixa-dois das campanhas fosse revelado, saberíamos o preço. De uma coisa dá para ter certeza: foi por quantia bem maior do que trinta moedas.

Enfim, por que os demais atores políticos, como Lula, FHC e Marina, podem emprestar o nome e sua influência para afiançarem seus candidatos, influenciarem as eleições e indicar os candidatos, e pastores não? As campanhas usam formadores de opinião (artistas, líderes políticos) para transferência de capital simbólico, e isso é lugar comum na política – tanto nas eleições nos EUA, como nas de SP ou na Lagoa do Mato, na zona rural. Ademais, se um pastor, bispo, rabino, babalorixá orienta o indivíduo em sua vida familiar, sentimental, sexual, por que não poderia orientá-lo na participação política?

Duas ressalvas são necessárias nesse caso. A crítica é bem mais pesada, como já mencionei, em relação aos pentecostais. Como se por obra e graça do divino todo católico, espírita, candomblecista, ou, no campo protestante tradicional,

¹⁵ Muito significativo que teólogos e também cientistas sociais de origem protestante (majoritariamente de tradição calvinista) não falem que desse “resíduo calvinista” muito presente na atuação pentecostal e neopentecostal. A doutrina de um Deus soberano, controlando absolutamente tudo, permeia todo o mundo evangélico, mesmo o pentecostal que, em tese, tinha uma tradição arminiana. Os pentecostalismos brasileiros são arminianos, apenas um aspecto doutrinário: evangelização, a “salvação para todos”, mas são calvinistas nas demais doutrinas: Deus, no controle soberano, já decidiu tudo.

¹⁶ Ano após ano, infrações eleitorais são cometidas propositalmente, como, por exemplo, campanha eleitoral antes do prazo ou uso da máquina pública, mas basta pagar uma multa (irrisória) e tudo se resolve. O uso dos templos/púlpitos diz muito mais sobre a degradação dos líderes religiosos que dos partidos e candidatos.

presbiterianos, anglicanos e similares fosse um primor de civilidade e pureza ética. Como ressalta o cientista político Waldemar Figueiredo Filho:

Talvez queiram colocar na conta dos neopentecostais a exibição audaciosa dos evangélicos na política. Enquanto os históricos seguem a linha dos ritos democráticos, supostamente, os neopentecostais profanam o espaço sagrado e avacalham o espaço público. No entanto, quem monitora a Frente Parlamentar Evangélica dificilmente conseguirá identificar a linha divisória entre os dois blocos. As práticas eleitorais fincadas no carisma midiático estão generalizadas entre as diferentes denominações evangélicas. As diferenciações deverão ser notadas no desempenho pessoal e não no “balaio” denominacional. Noção amplamente repetida nos anos 1990 sobre os evangélicos no Brasil: as igrejas pentecostais falam muito em carisma e desprezam o caráter, enquanto as igrejas históricas falam muito de caráter e desprezam o carisma. Honestamente, será que alguém acredita mesmo que essa dicotomia persiste? Com tristeza, da minha torre de vigia, percebo que o assunto que é comum a ambos é o poder. Refiro-me ao poder político. Quanto ao carisma, que carisma? Quanto ao caráter, que caráter?¹⁷

Segunda ressalva: sempre que se fala no assunto vem o repetitivo chavão do coronelismo nordestino, como se esse fenômeno fosse exclusividade do Nordeste. O que foram Getúlio, Brizola e Orestes Quécia? O que são ainda hoje Maluf, Requião, Garotinho, Serra, Aécio e Lula, senão coronéis políticos no auge de seu personalismo?¹⁸

2.4. Políticos evangélicos & evangélicos políticos.

Leonildo Campos (2006) criou uma tipologia (que eu uso com uma pequena alteração) de “políticos evangélicos” & “políticos de Cristo”, no qual os primeiros são indivíduos que tiveram atuação política e sindical e, por essa militância partidária, foram eleitos, mas não o fizeram de forma corporativista para uma igreja, pois, nas décadas passadas isso era assunto proibido e considerado mundano; já a atuação dos “políticos de Cristo”, segundo Campos,

“não passa pela valorização do sistema partidário, nem pela defesa de ideologias políticas [...] a ação política deles se orienta muito mais pelas demandas corporativistas, oriundas de suas respectivas associações

¹⁷ <http://www.revistaforum.com.br/blogdovaldemar/2014/09/23/eleicoes-de-2014-e-o-coronelismo-eletronico-evangelico> acesso 12.12.2014.

¹⁸ Em SP, por exemplo, depois de 20 anos, o PSDB não tem outra opção senão Serra e Alckmin?

religiosas [...] o essencial para eles e a manutenção do apoio da igreja que o elegeu. Sem essa igreja ele nada é [...]. O “político de Cristo” é uma figura vazada, que somente a instituição, as massas ou as circunstâncias podem preencher” (Campos, 2006: 85-86).

São mandatos instrumentalizados pelas igrejas e vice-versa; os são candidatos “oficiais” são, no bem da verdade, “despachantes” religiosos.

Na proto-história da participação de evangélicos na política, tivemos Guaracy Silveira, pastor metodista e deputado constituinte de 1934 pelo PSB; Café Filho, vice-presidente de Getúlio Vargas, que era presbiteriano, e Antônio Torres Galvão, assembleiano que, presidente da Assembleia Legislativa, assumiu o governo de Pernambuco por alguns dias após a morte do governador. Essas participações não tiveram uma “marca” evangélica, já que eles eram políticos e, coincidentemente, também evangélicos.

Essa atuação vai mudar consideravelmente na Constituinte de 1986, quando houve no Brasil uma grande articulação de igrejas para eleger seus representantes (Freston, 1993). Em 2003 foi criada a *Frente Parlamentar Evangélica – FPE*, que já teve em alguns momentos mais de 70 deputados federais e três senadores¹⁹; e uma grande maioria desses políticos foi eleita *pela e para a igreja*: são parlamentares assumidos por suas respectivas filiações e, em tese, com uma pauta prioritária em defesa dos interesses de suas instituições religiosas (Baptista, 2009).

Mas é necessário lembrar algo importante: a filiação religiosa de um parlamentar não implica automaticamente (como quase sempre a imprensa e algumas pesquisas dizem) que ele seja identificado com sua igreja. Benedita da Silva, assembleiana, foi eleita vereadora, deputada estadual e federal pelo PT no RJ, anos seguidos, e isso não dizia respeito às ADs (anos depois, para benefício mútuo, ela saiu da AD); da mesma forma a Senadora Marina da Silva, que se politizou a partir de sua militância católica, e depois se tornou assembleiana; idem para a eleição e atuação do senador Magno Malta, em relação à Igreja Batista. Na atual legislatura temos Bruna Furlam (PDSB-SP) e Antony Garotinho (PR-RJ), da CCB e da Presbiteriana, respectivamente, mas suas igrejas não têm nenhuma interferência em suas atividades políticas.

2.5. Aprimoramento da democracia ou semente de um talibã gospel? Remédio ou veneno?

¹⁹ Esses números mudam, podem mudar de um mês para o outro, pois muitos dos eleitos assumem cargos no executivo e acabam sendo substituídos por seus suplentes. Dados informativos sobre legislaturas passadas podem ser visto no trabalho do Freston (1996), Baptista (2009) ou no próprio site da *Frente Parlamentar Evangélica*. <http://www.fpebrasil.com.br/portal/>

Saídos do isolamento, da falta de participação, da pregação e conduta espiritualizante e escatológica, esperando a nova Jerusalém para, de forma pendular, num deslumbre fascinante com o poder político querendo estabelecer uma teocracia gospel no Brasil? Um slogan comum do grupo é: “O Brasil é do Senhor Jesus Cristo!” – somente se esqueceram de perguntar se ele quer. Todos os países e povos já tiveram essa síndrome de nação escolhida pela divindade. Os sumérios, os babilônicos, os gregos, os ingleses (Hill, 2003), os americanos com a doutrina do *destino manifesto*, aos mais diversos grupos ao longo dos anos. Alguns grupos étnicos e indígenas têm em sua cosmogonia uma lenda de algum divino; até os brasileiros, pois afinal “Deus é brasileiro” (DaMatta, 1990). A diferença é que alguns povos apenas levantam a possibilidade, mas os argentinos têm certeza, afinal, Maradona vive!

Brincadeiras à parte, essa síndrome pode ser mais danosa quando um grupo se sente representante – único e oficial – desse divino e quer, por obra e graça de razões impublicáveis, impor ao restante do país seu dogma ou ideologia: estabelecer uma teocracia. A política precisa ser agnóstica. Humana e humanizada. Quem precisa de ação política, tais como saneamento, escola, hospital, por razões óbvias são os humanos, não as divindades. Portanto, o exercício do poder governamental em todas as instâncias precisa ser cada vez humanizado e não divinizado – em benefício da coletividade e para que se tenha o mínimo de igualdade social e bem-estar. O contrário é muito, muitíssimo perigoso, porque historicamente toda teocracia somente é implantada numa ditadura²⁰.

Existe o risco de uma teocracia gospel no Brasil, como a intransigente crítica indica? No delírio de alguns, sim²¹, mas os críticos poderiam – se quisessem – ver como se deu a relação entre os protestantismos e a política, por exemplo, nos países europeus onde ainda hoje existem igrejas oficiais, caso da Inglaterra, Finlândia e outros países. Mesmo nos EUA, originalmente definidos por G. K.

²⁰ Exemplos recentes podem ser o Afeganistão, na época do Talibã, com seu *Ministério Islâmico de Proteção dos Vícios e Promoção das Virtudes* ou do *Estado Islâmico*, atualmente no Iraque e Síria, e mesmo uma teocracia democrática como o Irã, onde se elegem parlamentares (inclusive deputados cristãos e judeus), no final todas instâncias de poder estão Conselho de Guardiãs.

²¹ Em um DVD gravado no Sambódromo no RJ, Ana Paula Valadão profetiza que um dia o Brasil será dominado pelo Senhor Jesus Cristo – leia-se pelos evangélicos (sic) – e, na TV, cinema, teatro somente serão exibidos coisas ligadas ao evangelho – idem, leia-se, evangélicos (sic). Aliás, o sambódromo mudara de nome, será chamado de “Santódromo”. Risível. O *Talibã* e o *Estado Islâmico*, parece, têm o mesmo alvo. Por isso qualquer grupo político ou religioso com pretensão totalitária precisa usar violência para implantar seu projeto, como analisa a cientista política Stern (2004) os extremismos cristãos (nos EUA) judeus (em Israel) e islâmicos (Afeganistão). O televangelista Pat Roberson, sem nenhum pudor, sugeriu ao governo americano matar o Chaves, presidente da Venezuela (Freston, 2001: 181). Exemplo típico da extrema direita evangélica (sic) americana.

Chesterton como “uma nação com alma de igreja”²² onde a religião – ainda hoje – tem uma influência forte²³. No entanto, esses países são, sim, referências de civilidade democrática e convivência pacífica na relação política e religião e na coexistência do “pluralismo agonístico” religioso dentro dos limites constitucionais.

Apesar da repetição dos vícios que os novos atores pentecostais têm cometido na política, eles participam do processo eleitoral e estão submetidos aos mesmos mecanismos de controle como todas as demais instâncias. Existe, não há dúvidas, a pretensão de que evangélicos são moralmente superiores, mas a prática política dos mesmos se encarregou de desmenti-los. “Dos 72 parlamentares denunciados na máfia das ambulâncias, quase 40% (28) se proclamavam ‘deputados evangélicos’ e 36% (26) participavam da Frente Parlamentar Evangélica” (Baptista, 2009: 338). Não foi coincidência, portanto, que os números da FPE diminuíram na eleição seguinte. Apesar da pretensão dos projetos políticos corporativos denominacionais, a democracia brasileira está suficientemente fortalecida (Burity, 2012).

2.6. Do corporativismo evangélico ao moralismo fisiologista.

Outra acusação contra os políticos evangélicos: moralistas e fisiologistas. A meu ver, o problema é que eles são “apenas” moralistas e fisiologistas (não todos, mas quase todos), como explica o deputado Adelor Vieira (PMDB-SC), coordenador da FPE (2003-7): “a FPE trabalha em defesa da família, da moral e dos bons costumes” (Baptista, 2009: 303). A única originalidade do deputado é que, na sua pauta prioritária, não consta a *propriedade*...

Por que os *valores e interesses* das igrejas somente podem ser defendidos por candidatos filhos, genros e apadrinhados dos pastores-presidentes? Esse “cunhadismo” gospel é um grande problema²⁴. Política não existe sem acordos e alianças de grupos e interesses, isso é normal e legal. A questão é que essa política é estabelecida quase exclusivamente por consanguinidade e não por competência; por acordos privados e não elaborados e julgados pelo grupo, publicamente²⁵.

²² Citado por Carlos Eduardo Lins da Silva (2008), analisando a influência e presença da religião na política norte-americana. Nesse tema, impossível não lembrar do clássico *A Democracia na América* (Tocqueville, 2000). Uma comparação entre os dois países foi feita em uma coletânea por Sachs (1988) e *Católico, Protestante, Cidadão*, de Paiva (2003) é fundamental para entender a importância da construção da cidadania (influência católica) no Brasil e (influência protestante) nos EUA.

²³ “O presidente dos EUA termina seus discursos solenes com “Deus salve a América”, e as sessões do Senado e da Câmara são abertas por capelães oficiais, que juntos têm salários de US\$ 345 mil, pagos com dinheiro público”, O Estado de São Paulo, A-22 – 31.08.2014.

²⁴ E, mais uma vez, nenhuma originalidade na prática política pentecostal, pois o *cunhadismo* entre colonizadores e índios, segundo Darci Ribeiro (1995), foi fundamental na formação do Brasil.

²⁵ Talvez um dos “esportes” mais praticados no Brasil seja falar mal de políticos; de forma generalizada todos são jogados na vala comum – admito que seja difícil defendê-los. No entanto, a

Um belo exemplo dessa mistura de fisiologismo e moralismo foi o impasse, no início do governo Dilma, com as denúncias sobre a atuação do Ministro Palloci. Na queda de braço com o Planalto, a *Frente Parlamentar Evangélica - FPE* colocou a seguinte opção ao Governo: ou suspendia o kit gay do Ministério da Educação ou o grupo assinava a convocação para o Ministro prestar depoimento (Alonso, 2012; Baptista, 2009). Antes de apontar o dedo para FPE é bom lembrar: isso é política. Acordos e relação de convergência entre forças e grupos de interesses; no extremo do empirismo “toma lá, dá cá”; ou numa versão “religiosa”: “é dando que se recebe”. O problema foi a chantagem política restrita a um moralismo simplista e infame: *não pode ser gay, mas pode roubar?*

2.7. Da ambiguidade patrimonialista a atuação fisiologista.

Não que isso exima os candidatos e políticos evangélicos de culpa, mas fisiologismo e patrimonialismo não são uma invenção deles, mas parte da natureza política e cultural brasileira – desde Pero Vaz de Caminha, tudo muito bem explicado por Sérgio Buarque de Holanda em sua teoria do “homem cordial”, no excelente *Raízes do Brasil* (1936). Naturalmente isso não isenta os pentecostais, mas é apontado como central na crítica de Freston (2006): *em que eles são diferentes?* Com a lamentável conclusão de que, a exceção de participarem da FPE, eles são iguais aos demais. Principalmente nos erros.

Patrimonialismo que confunde o bem público com o bem privado – em benefício do segundo, daí se tornando uma prática fisiologista: a satisfação e interesse pessoal em detrimento do bem comum. Em português claro: roubar do Estado, da Prefeitura para a família ou para seu grupo político. No famoso caso da CPI das Ambulâncias, recursos foram desviados para as igrejas (Baptista, 2009). Nesse caso, o pecado é maior ou menor?

2.8. Do aprimoramento da cidadania ao descrédito do “voto de cajado”²⁶.

Os artistas e atletas têm força para uma transferência de capital simbólico induzindo o consumidor na compra de um determinado produto. Mas todo o formador de opinião sabe que não há dinheiro nenhum no mundo que faça uma personalidade colocar sua imagem num produto que, futuramente, vai prejudicá-lo. Foi o Maluf afiançando o Pitta, o Serra legitimando o Kassab e o Lula elegendo a

crítica simplista e automática ao nepotismo precisa ser nuançada. Não pode existir na mesma família – pai e filho; mãe e nora – dois médicos, arquitetos ou cozinheiros? Por que, então, não poderia existir dois ou mais políticos na mesma família?

²⁶ “Voto de cajado” é uma expressão corriqueira no meio evangélico em que o voto dos membros seria controlado pelos pastores; uma versão moderna do “voto de curral”.

Dilma. A conta vem. Pastores que se comprometem com determinado candidato sabem o risco que correm. A cada dia isso fica mais visível e perigoso.

Os pastores e candidatos acreditam (será que acreditam mesmo ou esse teatro faz parte do show?) que são capazes de direcionar os votos, mas isso não é automático e pleno. Cada vez mais as pessoas estão se autonomizando. Qual a importância e efeito das orientações do Vaticano, por exemplo, sobre a sexualidade dos católicos? Dos ensinamentos de renúncia do consumo para os budistas? As decisões e escolhas em todos os aspectos são cada dia mais instrumentais, convenientes e personalizadas (Léger, 2008). A religião não é mais “produtora de sentido” (Berger, 1985), única e absoluta de sentido, com todas as respostas para a vida. Portanto, o “religioso em movimento”, na expressão de Léger, vai ao apóstolo, ao pai de santo, ao pastor, ao vidente, e também a farmácia, ao hospital ou à delegacia. E a resposta pode estar em outro local e horário, inclusive, com um preço mais barato.

Não existe *um* protestantismo, mas vários protestantismos; bem como não existe pentecostalismo, mas pentecostalismos. Nunca houve um grupo homogêneo e coeso, portanto não existe *um* voto pentecostal, *uma* condução, *uma* moral (Mariano, 1999). São múltiplos, plurais e divergentes²⁷. Por razões óbvias, herdeiros e produtores do processo de racionalização ocidental, desde a Reforma, no século XVII, são marcados pela pluralidade, cissiparidade. Divergências. Nunca nenhum líder ou doutrina encontrou ou vai encontrar unanimidade no meio protestante evangélico pentecostal (Alencar, 2013b), porque cada um interpreta ao seu modo, a partir da subjetividade da fé, da vivência eclesial, dos valores pessoais. De seus *interesses*.

Qual a possibilidade de uma atuação evangélica articulada e propositiva para o país? Em 1934 nasceu a *Confederação Evangélica Brasileira* que morre de inanição na ditadura, e ressuscitada junto ao processo de redemocratização no governo Sarney, vindo a morrer novamente por excesso de verbas e falcatruas. E não foi coincidência que políticos pentecostais estivessem envolvidos nessa etapa. Na década de 1990 surgiu a *Associação Evangélica Brasileira - AEVB* que teve pequena duração, marcada por um personalismo ufanista que tinha a pretensão de resolver os problemas do Brasil e do mundo; ressalta-se que, apesar da presença de pentecostais na AEVB, a síndrome de salvadores da pátria não foi obra deles. Até

²⁷ Algo que o historiador Leandro Karnal tematizou de forma ímpar em um artigo *Rebanho não tão uniforme* <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,rebanho-nao-tao-uniforme,1555950> Jornal Estado de São Paulo, 06.09.2014. E, igualmente exemplar, o jornalista Ricardo Alexandre, na Revista Carta Capital, “*Afinal, quem são os evangélicos?*” <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/afinal-quem-sao-201cos-evangelicos201d-2053.html> 07.09.2014

que surgiu o *Conselho Nacional de Pastores do Brasil – CNPB*, uma corruptela do *Conselho Nacional dos Bispos do Brasil*, mas a importância e articulação foram proporcionais aos seus fundadores²⁸. Hoje temos um grupo articulando, a *Aliança Evangélica Brasileira*. Pode ser que algum dia isso de fato aconteça.

Na luta contra a ditadura militar, as esquerdas personalistas, arrivistas, corporativistas e irremediavelmente divididas, tinham um bordão de que a “esquerda no Brasil somente se unia na cadeia”. No Brasil, como os evangélicos não correm o risco de serem presos (presos por serem evangélicos, digo, já por outras razões...), nem a cadeia traz esperança.

3. A PLURALIDADE DOS PENTECOSTALISMOS.

As análises acadêmicas, majoritariamente feitas por padres, pastores ou membros de igrejas tradicionais, são rigorosas na condenação da prática política dos pentecostais e neopentecostais. E, admito, é difícil não concordar com eles. Com raríssimas exceções, os analistas fazem generalizações – propositada ou desatenta – do campo pentecostal e neopentecostal, como se todos (indivíduos e instituições) fossem iguais, e na política agissem de forma corrupta. É recorrente apontar “*Assembleia de Deus* instrumentaliza o voto”; “A Assembleia de Deus faz acordo com candidato x”, “(...) apoia tal partido”. Tudo isso escrito por alguns jornalistas, especialistas em generalizações, imersos na eternidade efêmera de uma notícia de jornal. Como entender que pesquisadores dos pentecostalismos ainda não tenham percebido que o nome *assembleia* é um nome fantasia atribuído a centenas (quicá milhares) de grupos heterogêneos, distintos e divergentes, com condutas díspares? Aliás, a nomenclatura correta dessa denominação é *Assembleias de Deus* (sim, no plural) tanto no seu registro em 1914, nos EUA, como no Brasil, em 1918 (Alencar, 2013). Assembleia de Deus não existe, existem milhares de *Assembleias de Deus*, em suas convenções, ministérios autônomos e distintos, sempre usando o mesmo nome²⁹.

3.1. São todos uniformemente conservadores e direitistas?

Sem entrar no mérito dos estereótipos do esquerdista ou do direitista, mas há de se observar que alguns postulados *típicos da esquerda* são defendidos por grupos pentecostais e neopentecostais.

No Projeto *AD Cidadania* (Baptista, 2009), os candidatos oficiais assembleianos assumem o compromisso de ser contra o aborto e o casamento gay.

²⁸ O CNPB reuniu o Bispo Edir Macedo, da IURD; o Bispo Manoel Ferreira, presidente das ADs Ministério de Madureira, e o pastor batista Nilson Fanini (Baptista, 2009).

²⁹ Maxwell Fajardo (2011), em uma pesquisa etnográfica, encontrou vinte e oito ministérios assembleianos distintos e autônomos somente no bairro de Perus, zona norte da capital Paulista.

Algo presumivelmente esperado desse grupo (pauta típica da direita), mas no mesmo documento há o compromisso de ser contra a pena de morte (pauta típica da esquerda). A IURD consegue ser mais iconoclasta, pois, por exemplo, é abertamente favorável aos direitos reprodutivos das mulheres (embora seja contra os direitos dos gays). Em agosto de 2013, quando os conversadores em geral, tanto evangélicos quanto católicos, se manifestaram contra a nova regulamentação de assistência às mulheres vítimas de violência sexual, pedindo a presidenta Dilma que vetasse a lei, o Jornal Folha Universal (ano 21, no. 1.115, de 18 a 24 de agosto de 2013) estampou em página inteira uma reportagem sobre o tema: “Nova Lei para velhos direitos ignorados”. Com o seguinte subtítulo, síntese da reportagem: “Apesar das pressões dos religiosos e alas conversadores, a presidenta sanciona lei que combate a violência sexual e garante assistência ampla às vítimas”. E mais um negrito em destaque: “Lei significa a derrota de entidade religiosas conservadoras contra o aborto”. A IURD, portanto, nesse caso, se identifica plenamente com algumas pautas fundamentais defendidas arduamente por políticos de esquerda; e é contra os conservadores, segundo o jornal. “Conservador” ou “progressista” são adjetivos que não dão conta dos fatos históricos. É impossível saber quem é quem; conquanto, ambos os termos podem ser usados como acusação ou elogio. Depende de quem usa.

Os analistas também não lembram – de forma propositada ou desatenta – que somente podem falar de participação política de pentecostais e neopentecostais, pois são somente esses grupos que conseguem *eleger* alguém, as demais igrejas tradicionais são quantitativamente insignificantes e estão em declínio de crescimento. Ademais, se eles quisessem poderiam encontrar nas eleições internas dessas denominações os mesmos vícios políticos que proliferam na política nacional. O efeito é menor, pela insignificância quantitativa das mesmas.

3.2. Marcha e contramarcha?

O *Datafolha* no dia 16 de julho de 2012, durante a *Marcha para Jesus*, ouviu 4.754 pessoas acerca da seguinte questão: *O apoio dos pastores a algum candidato a prefeito*. E as respostas foram:

- 31% votariam com certeza no candidato;
- 34% talvez voltassem no candidato;
- 33% não votariam no candidato.

Um provérbio inglês diz: “Os números não metem, mas mentirosos calculam”. A pesquisa do *Datafolha* foi fundamental inclusive para desmentir os milhões de gays na Parada e os milhões de crentes na Marcha. Enfim, se um terço

dos votos podem ser influenciados, seria possível dizer que os outros dois terços também poderiam.

Essa pesquisa não representa o universo evangélico em sua totalidade: ela é indicativa do *mundo evangélico que estava na Marcha*, do grupo convocado por determinada liderança, portanto, já com propensão de obediência a ela. Eram 335 mil participantes, segundo o Datafolha. E mesmo nesse grupo 33% não votariam num candidato apoiado pela Igreja e 34% talvez votem. Se não fosse o *Datafolha* com sua credibilidade, eu, no meu achismo, repetindo o que crê da maioria dos críticos, diria que o número de pessoas que obedecem à indicação do pastor/igreja era bem maior. Mas apenas 31% votam nos indicados, conquanto a manchete do jornal destacasse apenas o apoio³⁰. Os pastores e candidatos podem salivar de felicidade, porque têm um *grupo cativo* e o outro *propenso*, mas há um que *rejeita*. Esse discurso de que liderança religiosa influencia o voto é ótimo para as próprias lideranças e para os políticos, mas essa influência não é absoluta. Em 2010, houve uma campanha nacional contra a Dilma Rousseff no meio batista (Alonso, 2012)³¹, também uma campanha histriônica do pastor assembleiano Silas Malafaia na TV (Alencar, 2013). Já o *Mensageiro da Paz*, jornal assembleiano, tão cioso na defesa do respeito às autoridades, no caso da Dilma se posiciona de maneira fascista, sempre se referindo à presidente como “ex-terrorista de esquerda”. Independentemente de tudo isso, ela foi eleita. E novamente a campanha se repetiu em 2014. Ademais, se essa influência fosse automática e absoluta, todos os filhos, genros e noras ou indicados por pastores teriam sido eleitos, mas muitos fracassaram.

3.3. IURD: uniforme apenas na eleição dos seus candidatos?

A pesquisa do ISER (Fernandes, 1998) mostrou com dados que a votação da membresia da IURD é coesa e direcionada. E Saulo Baptista (2009), em pesquisa minuciosa sobre os candidatos e seus mandatos, comprova a pesquisa. No entanto, isso traz uma interrogação. Se, como é recorrente nas críticas acirradas aos neopentecostalismos³², esses grupos não são igrejas, mas rodoviárias; não formam comunidades, mas apenas aglomerações; não têm membresia, apenas

³⁰ Enviei uma carta de protesto indicando o quanto a manchete era tendenciosa, mas a carta não foi respondida tampouco publicada.

³¹ Particularmente no meio batista o Pr. Paschoal Plragine, pastor da 1ª. Igreja Batista de Curitiba, se pronunciou contra o PT (<https://www.youtube.com/watch?v=ILwU5GhY9MI>), mas a *Aliança Batista Brasileira* se manifestou contrária a sua posição. Essas polêmicas na eleição da Dilma com as igrejas evangélicas foram analisadas exaustivamente no texto do historiador Alonso (2012), que também é pastor batista.

³² O termo é outra generalização, no qual se coloca para todos os grupos da “terceira onda”, na periodização do sociólogo Freston (1993), mas que como toda construção “tipo ideal” (Weber, 1998) não dá conta da totalidade da realidade. Nem Weber, nem Freston tiveram essa pretensão, pois os grupos surgidos nesse período são visceralmente distintos. Enfim, as “ondas” se misturaram...

consumidores; não têm teologia, apenas uma macdonaldização; aliás, não são nem igrejas, mas “sindicatos de mágicos”, não podem nem mesmos serem considerados pentecostais, mas são pós-pentecostais. Muito menos evangélicos ou protestantes. Como uma massa disforme, sem conteúdo e compromisso, sem nenhuma “lógica identitária” pode, de forma homogênea e militante, votar nos *indicados* da igreja? Ter uma bancada de 17 deputados federais (2003-2007) e muitos estaduais e vereadores? E se na eleição seguinte esse candidato perder a indicação oficial? Não se elege? Então, a IURD – e me parece que todas do grupo das neopentecostais – têm corporativismo apenas de quatro em quatro anos, nas eleições? E ainda dizem que nessa igreja não acontecem milagres...

Uma das análises deve estar errada. E precisando de revisão. Como dizia C.S Lewis sobre os registros da Inquisição a respeito das bruxas: “Os registros dizem pouco sobre as bruxas, mas muito sobre quem os escreveu”.

Considerações finais

A participação dos pentecostais na política brasileira é confusa, emblemática, mas nada muito diferente do que foi a relação entre política e religião no Antigo Testamento (as tensões entre os reis e os profetas atestam isso), os reformados na época do Lutero (os conflitos entre os nobres e os camponeses; calvinistas e luteranos como religião estatal *versus* os anabatistas e o batismo infantil), ou mesmos das denominações históricas no Império (confusas relações com a maçonaria). Mudou o tempo e o espaço, mas a problemática continua. Atualmente mais visível, inclusive, porque o universo pentecostal é quantitativamente muito maior que todas as demais denominações protestantes foram e serão ao longo da história brasileira.

Pode piorar ou pode melhor? Depende. O quadro pode se tornar mais confuso e caótico na medida em que cada vez mais o patrimonialismo clientelista, o corporativismo fisiológico e o nepotismo, típicos vícios clássicos da cultura política brasileira, se enraízem no universo protestante; e a política pentecostal, mesmo não sendo fundadora dessas práticas, numa mimese intrínseca se torne cada vez mais parecida com elas. Algo que, lamento, mas já faz parte do cenário.

Ou inversamente, na prática democrática de eleição após eleição, mandato após mandato, o processo seletivo natural da evolução das espécies for eliminando algumas práticas e dando origem a novos modelos, candidatos e partidos, mais aptos ao nosso tempo e à nossa democracia. O grave é que os pentecostais são majoritariamente criacionistas, portanto, contra a evolução.

BIBLIOGRAFIA

- ABUMMANSSUR, Edin Sued. *Os pentecostais e a modernidade*. In: PASSOS, J. D. (org.) *Movimentos do Espírito: matrizes, afinidades e territórios pentecostais*. São Paulo: Paulinas, 2005. – (Coleção Ecclesia 21)
- ALENCAR, Gedeon. *Protestantismo Tupiniquim. Hipóteses sobre a (não) contribuição protestante à cultura brasileira*. São Paulo: Arte Editorial, 2005.
- ALENCAR, Gedeon. *Matriz Pentecostal Brasileira. Assembleias de Deus 1911-2011*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos Editora, 2013a.
- ALENCAR, Gedeon. *A dupla “função social” do Pastor Silas Malafaia*. <http://www.novosdialogos.com/artigo.asp?id=1034>, 2013b.
- ALENCAR, Gedeon. *Pentecostaismos & Ecumenismos. Deus e o Diabo se (des)entendendo na Terra do Sol*, Revista Caminhos PUC-GO, vol. 12, nº 12. Pg. 220-239, 2014.
- ALMEIDA, Ronaldo de. *A expansão pentecostal: circulação e flexibilidade*. In: TEIXEIRA, Faustino & MENEZES, Renata (Org.). *As religiões no Brasil. Continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ALONSO, Leandro Seawrigh. *Entre Deus, Dilma e o Diabo: messianismo evangélico nas eleições de 2010*. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.
- ALVES, Rubem. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1979.
- ANTONIAZZI, Alberto (org.). *Nem anjos nem demônios – interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e Neopentecostais na Política Brasileira. Um estudo sobre a cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2009.
- BEGER, Peter. *O dossel sagrado – elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BOFF, Leonard. *Igreja, carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CAMPOS M, BERNARDO L. *Na força do Espírito: Pentecostalismo, Teologia e Ética Social*. In: GUTIÉRREZ, Benjamim F & Campos, Leonildo Silveira (editores). *Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas*. São Paulo: Aipral/Ed. Pendão Real, 1997.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. *De políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil*. In: BURITY, Joanildo & CAMPOS MACHADO, Maria das Dores (org). *Os Votos de Deus. Evangélicos, Política e Eleições no Brasil*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife: Editora Massangana, 2013.
- CESAR, Waldo & Shaull, Richard. *Pentecostais e o futuro das religiões cristãs*, Petrópolis: Vozes, 1999.
- CHIQUETE, Daniel & ORELLANA, Luis (edit.). *Voces Del Pentecostalismo Latinoamericano IV. Identidad, teologia, historia*, Haupén, Chile, RELEP-2011.
- CORREA, Marina A. O. S. *Assembleia de Deus. Ministério, carisma e o exercício do poder*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.
- CORTEN, André. *O Espírito Santo e os pobres*. São Paulo: Vozes, 1995.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- FAJARDO, Maxwell. *Pentecostais, Migração e Redes Religiosas na periferia de São Paulo: um estudo do bairro de Perus*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, UESP, 2011.

- FERNANDES, Rubem César (Org.). *Novo nascimento – os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Maud/ISER, 1998.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil. Da constituinte ao impeachment*. Tese de Doutorado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- FRESTON, Paul. *Religião e Política, sim. Igreja e Estado, não. Os evangélicos e a participação política*. Viçosa: Ultimato, 2006.
- HAHN, Carl J. *História do culto protestante no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1989.
- HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as revoluções do Século XVII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O Peregrino e o convertido. A religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HOLLENWEGER, W. *El pentecostalismo – historia y doctrinas*. Buenos Aires: La Aurora 1976.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas: ANPOCS, Editores Associados, 1996.
- MARIANO, Ricardo. *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*. Tese de doutorado, UPS, 2001.
- MARIANO, Ricardo. *Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010*. Debates do NER, Porto Alegre, ano 14, n.24, p.119-137, jul./dez. 2013.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa/ Filho, Prócoro VELASQUES. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Loyola, 1990.
- MOUFFE, Chantal. *Religião, democracia liberal e cidadania*. In: BURITY, Joanildo & CAMPOS MACHADO, Maria das Dores (org). *Os Votos de Deus. Evangélicos, Política e Eleições no Brasil*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife: Editora Massangana, 2013.
- NOVAES, Regina Reyes. *Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores & cidadania*. Rio de Janeiro: ISER-Marco Zero, 1985.
- PAIVA, Angela Randolpho. *Católico, Protestante, Cidadão. Uma comparação entre o Brasil e os EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, IUPERJ, 2003.
- PASSOS, João Décio. *Teogonias Urbanas: o nascimento dos velhos deuses*. Tese de doutorado, PUC-SP, 2001.
- PASSOS, João Décio (org.). *Os movimentos do Espírito. Matrizes, afinidades e territórios pentecostais*, São Paulo: Paulinas, 2005.
- PIEDRA, Arturo. *Evangelização Protestante na América Latina: análise das razões que justificaram e promoveram a expansão protestante (1830-1960)*. São Leopoldo: Sinodal/CLAI, 2006.
- RANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1995.
- REALY, Duncan. *A História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1993.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil: uma análise sócio-religiosa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- SACHS, Viola (Ed.). *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins. *Uma nação com alma de igreja. Religiosidade e Políticas Públicas nos EUA*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

- TEIXEIRA, Faustino & MENEZES, Renata (Org.). *As religiões no Brasil. Continuidades e rupturas*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América. Sentimentos e Opiniões*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2000.
- SANTOS, Lyndon de Araujo. *O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro*. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL Filho, Osvaldo (org.) *A ditadura em debate: estado e sociedade nos anos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- TROELTSCH, E. *El protestantismo y el mundo moderno*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: 4ª ed., Unb, 1998.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5ª. Edição, Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002.
- WEBER, Max. *Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. vol. 13. Org. Gabriel Cohn, São Paulo: Ed. Ática, 1991.